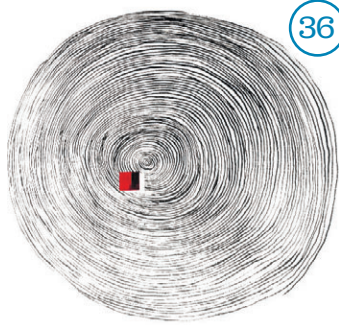


/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Leonardo Costa
Professor de Economia da Universidade
Católica Portuguesa

*Reformar o Estado
português, atendendo
ao território e
reforçando a
subsidiariedade*

A ausência de abordagens transversais de base territorial nas políticas públicas setoriais, a debilidade da atuação do Estado nos territórios intermédios (subnacionais e supramunicipais, urbanos e rurais), o centralismo, a burocracia, a dissociação entre as atuações e representações dos diferentes níveis de Estado, o esvaziamento da representação política e a fraca participação cidadã são alguns dos principais desafios com que se depara o Estado português no presente.

Os organismos dos ministérios do poder central, sediados em Lisboa-capital, funcionam como silos que pouco ou nada comunicam entre si. Assumem perante Bruxelas uma postura acrítica e operam no país de uma forma desconexa e impositiva. As inúmeras plataformas de candidatura aos diversos fundos do PRR são disto um exemplo. Acresce que os referidos organismos não distinguem os territórios intermédios nas metas que estabelecem e, por isso, não exploram as diferenças e sinergias que possam existir entre eles nos caminhos para as atingir, nem dão resposta eficaz a desafios críticos, como a mobilidade e a habitação, que afetam as populações nessas escalas territoriais.

A ocupação dos cargos de uma administração central do Estado pouco profissionalizada e capacitada é cam-

po da luta política partidária. O centralismo é também uma resposta à fragilidade das escolhas partidárias, pois desresponsabiliza os nomeados. A burocracia do Estado central português (e a inerente e onerosa morosidade das decisões) constitui, em simultâneo, uma afirmação gratuita de poder e uma escapatória à tomada de decisões (que o obrigariam a ter de enfrentar o medo que tem de Bruxelas).

A falta de uma estrutura coerente e interligada entre os diferentes níveis de Estado e o esvaziamento da representação política central – em Portugal elegem-se os partidos e, por arrastamento, os deputados – contribuem para a atuação desordenada do poder central nos territórios intermédios. As entidades intermunicipais e a recente transformação das CCDR em institutos públicos de regime especial (sob a tutela do poder central) carecem do incentivo político, da legitimidade e da independência que uma eleição direta lhes conferiria.

Tendo em conta o acima exposto, uma reforma do Estado português com interesse implicaria:

- a) A identificação das escalas territoriais mais adequadas para a resolução de cada tipo de problema.
- b) O reconhecimento da existência de territórios intermédios funcionais, urbanos (de elevada densidade populacional) e rurais (de baixa densidade populacional), em linha com a definição de regiões funcionais da OCDE.
- c) A adoção do princípio europeu da subsidiariedade e de abordagens transversais aos desafios. Ignorar este princípio é, à luz da doutrina social da Igreja, violar a dignidade das pessoas.
- d) A compreensão de que a atuação do Estado, poder político e administração, deve ser mais estratégica, orientadora, capacitadora e subsidiária, da escala regional para cima, e mais operacional, da escala sub-regional para baixo (em que é maior a proximidade às populações).
- e) O fortalecimento dos mecanismos de representação política e da interligação dos diferentes poderes e escalas de atuação, garantindo que, em cada nível de decisão, exista representação dos níveis imediatamente inferiores e haja o incentivo à participação cidadã através de instrumentos como assembleias cidadãs e orçamentos participativos, entre outros.
- f) A desburocratização e a capacitação das administrações do Estado.
- g) O fomento da competitividade e da coesão dos territórios do país e do país como um todo.
- h) O alinhamento do modus operandi dos partidos políticos com estes princípios.



A curva espiral sugere dois movimentos antagónicos em relação à reforma do Estado português: i) o movimento para dentro representa o centralismo, o retrocesso, o passado, o fechamento, a opacidade, o medo de existir, a desconfiança, a burocracia e a fragilização da democracia portuguesa; ii) o movimento para fora traduz a descentralização, o progresso, o futuro, a abertura, a transparência, a vontade de aprender com os erros, a confiança, a desburocratização e o aprofundamento da democracia portuguesa